

Direitos Humanos

Decisão Salomônica

A posição do presidente Fernando Henrique a favor da adoção de cotas para facilitar o acesso de negros à universidade é sem dúvida um dos pontos altos da luta contra o preconceito racial no Brasil. Ao encampar a proposta, autorizando sua inclusão no documento que o Brasil levará à 3ª Conferência internacional contra o Racismo, em Durban, na África do Sul, é como se estivesse, apesar de algumas resistências internas, dando o pontapé inicial numa nova era.

Esta nova era tem um mote ao que tudo indica irreversível: a inclusão social. Depois de 500 anos de História, o Brasil amadureceu para a inclusão de suas minorias no sistema geral de vida, mirando sempre o futuro dentro do qual os bolsões de atraso e de injustiças sociais não mais poderão ter lugar.

O Brasil chega a esta posição com 40 anos de atraso em relação aos EUA que enfrentaram problema semelhante quando o então presidente John Kennedy criou o termo "ação afirmativa" para seu projeto de cotas de negros nas empresas, logo depois extensivas às universidades americanas. Por aqueles atos, 12% das carteiras deveriam ser entregues aos alunos afro-americanos. Seu sucessor, Lyndon Johnson, teve de usar a guarda nacional para garantir a entrada dos negros nas escolas nos estados racistas. Hoje, olhando para trás, viu-se como a medida era acertada, contribuindo decisivamente para a formação de uma classe média negra americana.

O ministro da Justiça, José Gregori, é um

dos entusiastas do sistema de cotas. Já o ministro da Educação, Paulo Renato, pondera que cotas e critérios diferenciados de avaliação poderiam prejudicar o sistema de ensino como um todo. Daí ser salomônica a decisão do presidente Fernando Henrique que, ao orientar a confecção da proposta brasileira à conferência de Durban, aceita as cotas mas não se compromete com percentuais nem com prazo de implantação.

No Brasil, o branco tem o dobro de escolaridade do negro, ganha 40% a mais e tem três vezes mais oportunidade de se tornar patrão ao longo da vida.

São estatísticas que justificam outras posições brasileiras contemplando também certas minorias em desvantagem, como os índios, as mulheres, e assim por diante.

Um estudo do Ipea no ano passado mostrou que os salários pagos a homens e mulheres negros chegam a ser 60% menores que os pagos a brancos do sexo masculino. Segundo os pesquisadores, as mulheres brancas vêm conseguindo reduzir as distâncias que as separam dos homens nos salários em torno de 1% ao ano. Mantida a taxa, em 30 anos não haverá mais discriminação salarial contra as mulheres brancas. Mas no caso dos negros, em relação aos brancos, é infinito porque a tendência é de estabilidade.

Temas, portanto, não faltam para ser discutidos em Durban quando estiverem reunidos todos os 189 países integrantes da ONU.